PROCESSO: 00007765.989.24-9
REPRESENTANTE: ■ CAMARA MUNICIPAL DE ITAI (CNPJ 50.366.442/0001-24)
REPRESENTADO(A): ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAI (CNPJ 46.634.200/0001-05)
INTERESSADO(A): ■ VALMIR DOMINGOS (CPF ***.935.088-**)
ASSUNTO: Cópia do TC- 17055/026/16
Ofício nº 14/16 - CEI 001/15, de 01 de junho de 2016

Assunto: Encaminha o Processo da Comissão Especial de inquérito n. 001/15, instituída com o objetivo de apurar possíveis irregularidades em contratos, notas fiscais do ano de 2014 e 2015 no setor de almoxarifado de ITAI-SP, especificamente no setor de veículos da frota municipal, incluindo setor da educação, maquinários pesados, caminhões e veículos do setores da saúde e outros setores. Subscrito pelo Presidente CEI, Isaías Ribeiro de Arruda.

EXERCÍCIO: 2014
INSTRUÇÃO POR: UR-16
**PROCESSO(S)
DEPENDENTES(S):** 00007768.989.24-6

PROCESSO: 00007768.989.24-6
REPRESENTANTE: ■ CAMARA MUNICIPAL DE ITAI (CNPJ 50.366.442/0001-24)
REPRESENTADO(A): ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAI (CNPJ 46.634.200/0001-05)
INTERESSADO(A): ■ VALMIR DOMINGOS (CPF ***.935.088-**)
ASSUNTO: Cópia do TC- 17056/026/16
Ofício nº 05/16 - CEI 002/15, de 01 de junho de 2016

Assunto: Encaminha cópia dos autos da Comissão Especial de Inquérito nº 002/15 instituída com o

objetivo de apurar possíveis irregularidades em pagamentos de horas extras e gratificações aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Itaipava.

EXERCÍCIO: 2015
INSTRUÇÃO POR: UR-16
PROCESSO PRINCIPAL: 00007765.989.24-9

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Trata-se de **Representações** por meio das quais a Câmara Municipal de Itaipava encaminha cópias dos relatórios produzidos pelas Comissões Especiais de Inquérito nº 01/2015 e 02/2015, sendo a primeira instituída com o objetivo de apurar **possíveis irregularidades em contratos e notas fiscais**; e a segunda instituída para apurar irregularidades em **pagamentos de horas extras e gratificações aos servidores públicos**. Ambas as denúncias têm como alvo a Prefeitura Municipal de Itaipava.

Autuados os expedientes TC – 17055/026/16 e TC – 17056/026/16, foi determinada a remessa dos respectivos autos à diligente Fiscalização, para instrução da matéria. No que se refere às conclusões da CEI nº 01/2015, a diligente Fiscalização concluiu pela procedência dos fatos noticiados quanto ao Pregão nº 69/2014[1] (*Evento 1.24, do TC – 7765.989.24-9*). Da mesma forma, no que se refere ao relatório produzido pela CEI nº 02/2015, o órgão fiscalizador constatou irregularidades que o levaram a concluir pela procedência do pleito[2] (*Evento 1.12, do TC – 7768.989.24-6*).

Ato seguinte, determinou-se a notificação dos interessados, com a Prefeitura Municipal de Itaipava apresentando justificativas somente em relação às falhas apontadas no relatório produzido pela CEI nº 01/2015 (*Evento 1.35, do TC – 7765.989.24-9*). Ato seguinte, foi determinada a digitalização dos processos, com o Exmo. Conselheiro Relator concluindo pela extinção da punibilidade em relação ao Sr. Davi Tristão Moço, em virtude de seu falecimento, bem como responsabilizando o Sr. Valmir Domingos pelas irregularidades constatadas, determinando, por via postal, a expedição de notificação ao mesmo para que pudesse oferecer justificativas (*Evento 12.1, do TC – 7765.989.24-9 e 21.1, do TC – 7768.989.24-6*).

Transcorrido o prazo *in albis*, os autos vieram ao Ministério Público de Contas que pugnou por nova notificação pessoal, por meio de agente de fiscalização, nos termos do artigo 91, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993 (*Evento 40.1, do TC – 7765.989.24-9 e 49.1, do TC – 7768.989.24-6*). Cumpridas as diligências e ausentes as manifestações dos interessados, os autos foram restituídos ao MPC para que possa exercer sua função como *custos legis*.

É a síntese do que se reputa necessário.

Passo, agora, ao exame de mérito.

Preliminarmente, constata-se a presença dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que os responsáveis foram regularmente notificados a respeito dos fatos comunicados na inicial, deixando de oferecer as correspondentes justificativas.

No mérito, o Ministério Público de Contas entende que os documentos probatórios constantes dos autos são suficientes para concluir pela procedência de ambas as representações. No que se refere ao Pregão nº 69/2014, destinado à aquisição de dietas enterais, leis especiais, espessante e produtos para nutrição destinado aos setores da Saúde e Assistência Social, restou devidamente demonstrada a indicação de marca específica, procedimento vedado pelo inciso I, do §7º, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/1993[3], conforme quadro elaborado pelo órgão fiscalizador (*fl. 4, do Evento 1.24, do TC – 7765.989.24-9*).

Como se não bastasse, a diligente Fiscalização colheu provas suficientes de que a empresa Willian Ribeiro de Oliveira – ME, a qual sagrou-se vencedora do certame, apresenta indícios de fraude e conluio com o ex-Prefeito Municipal, Sr. Valmir Domingos. Dentre os indícios apresentados, destaca-se o fato de a empresa ter iniciado suas atividades em 23/09/2014, durante a gestão do Alcaide retromencionado, encerrando seus trabalhos em 06/07/2015, logo após a cassação do responsável pelo Executivo Municipal, sendo que a própria empresa ainda possuía contratos vigentes com a Prefeitura. Demais disso, o preposto designado para depor na CEI, Sr. Horácio Edilson Martins Ferreira, afirmou que a empresa não possuía condições de vender o montante contratado pela Prefeitura Municipal. Por fim, constatou-se que a empresa desenvolvia diversas atividades e que sua sede não era condizente com o número e natureza das atividades desenvolvidas. Tais irregularidades, somadas à aglutinação indevida do objeto, à

ausência de publicação do edital, à exigência de apresentação de certidões negativas de débito e à discrepância entre os preços das propostas ofertadas, reforçam o juízo pela procedência da representação.

Já no que se refere ao relatório correspondente às informações prestadas pela CEI nº 02/2015, o MPC considera particularmente grave a constatação da existência de desvio de função nos quadros da Prefeitura Municipal, fato comprovado pelas Portarias nº 181/2015, 217/2015 e 218/2015, as quais designam servidores para exercerem funções que em nada se assemelham àquelas para as quais foram admitidos. Nesse sentido, verifica-se a violação do inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal[4], bem como da Súmula nº 685 da Suprema Corte[5]. Da mesma forma, restou suficientemente comprovada a ausência de critérios tanto para o pagamento de horas extras quanto para a concessão de gratificações, situações que, além de infringir a legislação de regência, ainda acarretam graves prejuízos ao erário público.

Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio de seu Procurador de Contas que adiante subscreve nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno do TCE/SP, manifesta-se pela **PROCEDÊNCIA** das representações em análise, pugnano pelo prosseguimento do feito nos termos regimentais.

É o parecer que cumpre ofertar como *custos legis*.

São Paulo, 12 de dezembro de 2024.

RAFAEL ANTONIO BALDO
PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

/25

[1]

- i) Falha na justificativa, escolha de marcas/fabricantes e indícios de orçamento superfaturado;
- ii) Ausência de prazo de 8 dias entre a publicação do edital e a apresentação das propostas;
- iii) Aglutinação indevida de lotes, ocasionando ausência de concorrência;
- iv) Escolha de marca/fabricante sem especificar os componentes nutricionais dos produtos;
- v) Exigência de apresentação de “certidões negativas de débitos”;
- vi) Presença de duas atas na sessão pública da abertura dos envelopes;
- vii) Presença de duas propostas no procedimento licitatório;
- viii) Discrepâncias nos preços das propostas;

ix) Indícios de “conluio” com o ex-Prefeito para contratar com a Prefeitura.

[2]

i) Horas extras fixas, sem controle da realização e da necessidade;

ii) Ausência de parâmetros legais para estipular o percentual das gratificações;

iii) Desvio de função caracterizado por concessão de gratificações incompatíveis com os cargos dos beneficiários;

iv) Concessão de gratificação ocasionando pagamento de horas extras.

[3] Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

[4] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

[5] É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: RAFAEL ANTONIO BALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 5-QUSW-5CIE-7X5B-6IYV